

Demonstrações Financeiras

Tubarão Saneamento S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Tubarão Saneamento S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa – método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas da
Tubarão Saneamento S.A.
Tubarão - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tubarão Saneamento S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre o assunto.

Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Capitalização de gastos no ativo intangível

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrado ativo intangível da concessão no montante consolidado de R\$ 89.433mil, o qual é representado pela infraestrutura da concessão.

Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão IFRIC 12 – Contratos de Concessão, que prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os ativos de contrato referem-se aos ativos intangíveis de concessão ainda em construção que são transferidos para a rubrica ativo intangível quando entram em operação. Os ativos intangíveis de concessão são recebidos através da cobrança de tarifa aos usuários dos serviços prestados. Os saldos de capitalização de gastos no ativo intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 perfazem o montante de R\$ 5.039mil e as movimentações líquidas do ativo de contrato, o montante de R\$ 11.096mil. Os critérios de reconhecimento desses valores investidos na infraestrutura estão divulgados nas Notas 7 e 8.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem dos contratos de concessão com os Poderes Concedentes, requer que a Companhia efetue investimentos relevantes na infraestrutura de suas concessões, os quais são classificados como ativo intangível. As capitalizações no ativo intangível envolvem a utilização de premissas e um grau de julgamento elevado, e conseqüentemente podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle destes ativos incluíram, dentre outros: (i) realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível, incluindo a verificação de notas fiscais, contratos, medições e pagamentos das adições ocorridas durante o ano de 2020; (ii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados e sua elegibilidade à capitalização; (iii) avaliação do processo de transferência do intangível para as contas definidas para determinar o início do registro da amortização.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis os critérios de capitalização no ativo intangível adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações em notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

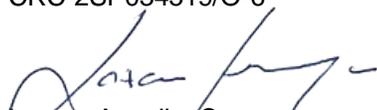


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Lázaro Angelim Serruya
Contador CRC-1DF015801/O-7

Tubarão Saneamento S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.169	14.614	Fornecedores	9	3.717	3.062
Contas a receber e outros recebíveis	6	3.817	3.500	Debêntures e arrendamentos	10	5.131	1.865
Estoques		1.112	646	Obrigações sociais e trabalhistas		1.416	1.240
Impostos e contribuições a recuperar		154	180	Obrigações tributárias		443	899
Despesas antecipadas		71	-	Imposto de renda e contribuição social a pagar		160	711
Total do ativo circulante		<u>7.323</u>	<u>18.940</u>	Total do passivo circulante		<u>10.867</u>	<u>7.777</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Fornecedores	9	549	549
Depósitos judiciais		32	18	Debêntures e arrendamentos	10	14.076	19.554
Impostos e contribuições a recuperar		181	181	Obrigações tributárias		1.087	1.087
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.724	1.786	Provisão para perda com causas judiciais		209	209
Total do realizável a longo prazo		<u>1.937</u>	<u>1.985</u>	Total do passivo não circulante		<u>15.921</u>	<u>21.399</u>
Imobilizado		862	605	Patrimônio líquido			
Ativos de direito de uso		415	2.123	Capital social	11	38.620	28.620
Intangível	7	89.646	86.967	Adiantamento para futuro aumento de capital	11	32.000	42.000
Ativos de contrato	8	17.064	5.968	Reserva legal	11	1.323	1.171
Total do ativo não circulante		<u>109.924</u>	<u>97.648</u>	Reservas de lucros	11	18.516	15.621
				Total do patrimônio líquido		<u>90.459</u>	<u>87.412</u>
Total do ativo		<u>117.247</u>	<u>116.588</u>	Total do passivo		<u>26.788</u>	<u>29.176</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u>117.247</u>	<u>116.588</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tubarão Saneamento S.A.

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	14	50.224	65.123
Custo dos serviços prestados	15	<u>(31.822)</u>	<u>(41.368)</u>
Lucro bruto		<u>18.402</u>	<u>23.755</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas comerciais	15	(1.595)	(930)
Despesas administrativas e gerais	15	(10.086)	(10.843)
Outras receitas e despesas		<u>195</u>	<u>292</u>
		<u>(11.486)</u>	<u>(11.481)</u>
Lucro antes do resultado financeiro, líquido		<u>6.916</u>	<u>12.274</u>
Receitas financeiras	16	682	709
Despesas financeiras	16	<u>(2.660)</u>	<u>(3.021)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(1.978)</u>	<u>(2.312)</u>
Lucro operacional antes dos tributos		<u>4.938</u>	<u>9.962</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.829)	(2.573)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	<u>(62)</u>	<u>(489)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>3.047</u>	<u>6.900</u>
Lucro por ação - básico (em Reais)		0,104672	0,361068

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tubarão Saneamento S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	<u>3.047</u>	<u>6.900</u>
Resultado abrangente total	<u><u>3.047</u></u>	<u><u>6.900</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tubarão Saneamento S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2019	28.620	10.000	826	9.066	-	48.512
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.900	6.900
Reserva legal	-	-	345	-	(345)	-
Reserva de lucros	-	-	-	6.555	(6.555)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	32.000	-	-	-	32.000
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>28.620</u>	<u>42.000</u>	<u>1.171</u>	<u>15.621</u>	<u>-</u>	<u>87.412</u>
Aumento de capital	10.000	(10.000)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.047	3.047
Reserva legal	-	-	152	-	(152)	-
Reserva de lucros	-	-	-	2.895	(2.895)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>38.620</u>	<u>32.000</u>	<u>1.323</u>	<u>18.516</u>	<u>-</u>	<u>90.459</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tubarão Saneamento S.A.

Demonstração do fluxo de caixa – método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	3.047	6.900
Ajustes para:		
Reversão para crédito de liquidação duvidosa	(193)	(111)
Depreciação e amortização	6.378	3.460
Provisão para contingências	-	62
Impostos com recolhimento diferidos - PIS e Cofins	(355)	159
Imposto de renda e contribuição social diferidos	62	489
Juros sobre atualização do contas a receber e outros recebíveis	(443)	(348)
Juros sobre atualização dos impostos a recuperar	(3)	(8)
Juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento	1.370	325
Imposto de renda e contribuição social provisionados	1.829	2.573
Baixa de depreciação na alienação e ativo imobilizado	1.101	15
	<u>12.793</u>	<u>13.516</u>
Variações em:		
Redução em contas a receber e outros recebíveis	319	1.459
Aumento em estoques	(466)	(30)
Redução (aumento) em depósitos judiciais	(14)	1
Redução em impostos e contribuições a recuperar	29	561
Aumento em despesas antecipadas	(71)	-
Aumento (redução) em fornecedores	655	(8.709)
Aumento (redução) em obrigações sociais e trabalhistas	176	(244)
Redução em obrigações tributárias	(101)	(396)
	<u>13.320</u>	<u>6.158</u>
Caixa gerado nas atividades operacionais	13.320	6.158
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento	(1.370)	(3.158)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.380)	(2.420)
	<u>9.570</u>	<u>580</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	9.570	580
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativos imobilizado	(274)	(178)
Aquisições de ativo intangível e ativo de contrato	(19.106)	(31.947)
	<u>(19.380)</u>	<u>(32.125)</u>
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	(19.380)	(32.125)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento	(2.635)	(5.895)
Debêntures tomadas	-	20.000
Custo de transações na captação de recursos de terceiros	-	(627)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	32.000
	<u>(2.635)</u>	<u>45.478</u>
Fluxo de caixa (usado nas) proveniente das atividades de financiamento	(2.635)	45.478
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(12.445)	13.933
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	14.614	681
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>2.169</u>	<u>14.614</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Tubarão Saneamento S.A. (“Companhia”), é uma sociedade por ações de capital fechado, localizada na Rua Altamiro Guimarães nº 685, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, tendo sido constituída em 11 de novembro de 2011, iniciou suas atividades em 01 de março de 2012 com objetivo exclusivo à prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário que compreendem o planejamento, a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água potável, coleta, afastamento, tratamento e disposição de esgotos sanitários incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários, compreendendo também a realização das atividades correlatas e a exploração de fontes de receitas, no município de Tubarão, Estado de Santa Catarina, nos termos do “Edital de Concorrência nº 001/2010/Fundasa” e do “Contrato de Concessão para Exploração do Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto do Município de Tubarão”, nº 38/2012. O prazo do contrato de concessão é de 30 (trinta) anos com vencimento original em 2042.

O controle da Companhia é compartilhado entre as empresas Iguá Saneamento S.A. e a Duane do Brasil S.A., com 50% de participação de cada uma.

A divulgação das demonstrações financeiras que são apresentadas neste documento foi aprovada na Reunião da Diretoria realizada em 15 de abril de 2021.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação de suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Mensuração ao valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como por exemplo, aplicações financeiras para gestão diária do caixa e maximização do fluxo de caixa com base nas vendas, ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final de cada período de divulgação.

2.2. Receita de contrato com cliente

a) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

b) Contratos de concessão de serviços e construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e CPC 47 (R1) - Receita de Contrato com Cliente, na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção, o ativo é classificado como um ativo intangível.

A Companhia reconhece um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

A Companhia estima que a receita de construção de seus ativos intangíveis relativo à construção seja equivalente ao custo esperado mais margem e considera tal margem irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção.

c) Receita de serviços de operação

A Companhia reconhece a receita de serviços de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão quando satisfaz todas as obrigações de desempenho.

A Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da manutenção, serviços auxiliares, pelo tratamento e disposição final do lodo gerado e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera.

2.3. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras, impostos a recuperar e clientes;
- Descontos obtidos e descontos concedidos;
- Despesas com juros sobre debêntures, arrendamento e impostos a recolher;
- Outras.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2.4. Tributos

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Companhia e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Companhia, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

c) Tributos sobre a venda

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos de tributos incidentes sobre a receita de construção e receita de ativo financeiro e recuperáveis sobre o custo de construção com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

2.5. Intangível

a) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

b) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

c) Amortização

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização é geralmente reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.6. Ativos de contrato

A norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

A norma também determina que quando a Companhia concluir a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a entidade deve apresentar este direito como ativo de contrato. O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro.

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para a Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

a) Ativos financeiros

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Vide políticas contábeis na Nota 2.2 - Receita de contrato com cliente.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como se gerencia os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

ii) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os ativos financeiros na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e na categoria de custo amortizado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as condições forem atendidas: (i) dentro do modelo de negócios o objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem as contas a receber de clientes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla as aplicações financeiras para gestão diária do caixa.

iii) *Desreconhecimento*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou quando a Companhia nem transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado.

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

iv) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

b) Passivos financeiros

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

ii) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os passivos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

iii) *Desreconhecimento*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

c) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia houver um direito legalmente executável de compensar os valores e se houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.8. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

2.9. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base no Plano de Negócio. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de concessão e são revisadas anualmente. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.10. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2.11. Provisões

a) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

b) Provisão para perdas com causas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.12. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2.14. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

- Imóveis: 5 anos
- Máquinas e equipamentos: 5 anos
- Veículos: 5 anos

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.9.

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.15. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

- (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos.

Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários.

Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, nem se espera que haja algum impacto futuro.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento revisado traz alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação;

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, A Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Determinação da época de satisfação da obrigação de performance dos serviços indiretos de água e esgoto: quando o serviço é solicitado, uma ordem de serviço é aberta para atendimento e monitoramento. Após a prestação do serviço, a ordem é finalizada e a receita reconhecida.

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

b) Incertezas sobre estimativas e premissas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – NE 7
- ii. Provisão para perdas de ativos financeiros (provisão para perdas de créditos esperadas) – NE 6

4. Impacto da COVID – 19

a) Contexto Geral

Tendo em vista a pandemia mundial declarada pela OMS - Organização Mundial de Saúde, relacionada ao Coronavírus - “COVID-19”, que vem afetando e trazendo riscos à saúde pública e inúmeros impactos na economia brasileira e mundial, a Companhia tem adotado diversas medidas, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Essas medidas visam garantir a continuidade regular das operações minimizando os impactos à saúde e segurança dos seus colaboradores e familiares, e das áreas onde a Companhia atua.

Sendo o saneamento básico uma atividade essencial, a Companhia adotou medidas de contingência de forma a manter regularmente as operações, buscando preservar a saúde de seus profissionais, com acessos seguros aos locais de trabalho, em ambiente que preserve o distanciamento entre pessoas, higiene e proteção adequada.

A Companhia efetuou análises sobre possíveis impactos da propagação do vírus COVID-19 em suas operações e, embora não seja possível prever nesse momento a extensão, severidade e duração dos impactos correspondentes, a Administração informa que, até a data da apresentação das demonstrações financeiras, ainda não foram identificados impactos significativos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos.

b) Impacto nas informações financeiras

Diante do cenário atual de incertezas na economia, ocasionado pela pandemia do Covid-19 e em atendimento aos Ofícios Circulares CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020 e nº 03/2020, a Companhia revisou as principais estimativas contábeis e estão apresentadas ao longo das notas explicativas, com destaque:

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

- (i) Aumento de R\$225 do contas a receber vencido em decorrência de efeitos na inadimplência, dado que proibições das ações de cortes no fornecimento prejudicaram a arrecadação de faturas com conseqüente incremento das perdas por redução no valor recuperável em relação ao contas a receber, vide Nota Explicativa nº 6; e
- (ii) Frustração no crescimento do faturamento de água, esgoto e serviços em função da postergação, por Decretos Emergenciais, na aplicação de reajustes inflacionários previstos em contrato, vide Nota Explicativa nº 14.
- (iii) Postergação de alguns investimentos para o ano de 2021. A Nota Explicativa nº 7 e 8 fornece detalhe comparativo das adições do período 2020 e do período 2019. Adicionalmente como consequência da redução dos investimentos a receita de construção e o custo de construção tiveram redução no período de 2020, vide Nota Explicativa nº 14 e 15.

c) Medidas operacionais e financeiras

A Companhia vem analisando todas as novas diretrizes e políticas governamentais em resposta à pandemia que visem fornecer alívio financeiro aos contribuintes. A Companhia entende que tais diretrizes deverão respeitar, em qualquer circunstância, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro das Concessões, em conformidade com as cláusulas contidas nos respectivos Contratos firmados com o Poder Concedente.

Em adição às medidas governamentais introduzidas para mitigar efeitos financeiros da pandemia, a Companhia ainda tomou, dentre outras, as seguintes medidas visando minimizar os impactos econômicos e financeiros:

- (i) Adoção de medidas para minimizar o incremento das contas a receber vencidas, que poderiam resultar em expressivo aumento do valor de perdas de crédito esperadas, dentre as quais destacamos:
 - a. Intensificação nas ações pelos canais de arrecadação e cobranças (SMS, E-mail e WhatsApp), permitindo aos clientes negociar seus débitos sem sair de casa;
 - b. Flexibilização das condições de negociação (redução no percentual de entrada, aumento de parcelas e isenção da cobrança de juros para clientes em atraso);

d) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade

A Companhia adotou algumas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia nas áreas onde atua, dentre as quais a ampliação dos serviços digitais, reduzindo a necessidade de presença física dos clientes em suas lojas e pontos de atendimento.

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa	7	2
Saldo bancário	593	833
Aplicações financeiras	1.569	13.779
Total	2.169	14.614

As aplicações financeiras são classificadas como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

A composição das aplicações financeiras está representada como segue:

<i>Modalidades</i>	2020	2019
Certificado de depósito bancário	1.288	9.894
Fundos de investimento	281	3.885
Total	1.569	13.779

Em 31 de dezembro de 2020 a rentabilidade média ao ano atrelada ao CDI, dos certificados de depósito bancário e fundos de investimento foi de 2,74% e 0,20% (5,86% e 2,03% em 31 de dezembro de 2019) respectivamente.

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

6. Contas a receber e outros recebíveis

	2020	2019
Contas a receber de saneamento e serviços	14.740	14.425
Direitos a faturar	1.390	1.381
(-) Provisão para perda do valor recuperável	(12.467)	(12.660)
	3.663	3.146
Adiantamentos	107	215
Outros	47	139
Total	3.817	3.500

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes na data das demonstrações financeiras foram as seguintes:

	2020	2019
A vencer	2.919	2.820
Vencidos de 1 a 30 dias	606	638
Vencidos de 31 a 90 dias	154	99
Vencidos de 91 a 120 dias	36	10
Vencidos de 121 a 180 dias	60	15
Vencidos de 181 a 360 dias	281	164
Vencidos acima de 360 dias	12.074	12.060
Total	16.130	15.806

Os valores acima apresentados não contemplam as provisões para perdas de crédito de liquidação duvidosa.

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

Saldo em 1º de janeiro de 2019	12.771
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	1.110
Valores baixados	(1.221)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.660
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	352
Valores baixados	(545)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.467

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

7. Intangível

a) Valor contábil

	Intangível ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 (i)	Software	Total
Custo			
Saldos em 1º de janeiro de 2019	49.080	439	49.519
Adições	3.352	103	3.455
Transferências	41.779	-	41.779
Saldos em 31 de dezembro de 2019	94.211	542	94.753
Adições	5.600	50	5.650
Transferências	2.360	-	2.360
Baixas	(611)	-	(611)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	101.560	592	102.152
Amortização			
Saldos em 1º de janeiro de 2019	(4.717)	(232)	(4.949)
Adições	(2.770)	(67)	(2.837)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(7.487)	(299)	(7.786)
Adições	(5.694)	(80)	(5.774)
Baixas	1.054	-	1.054
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(12.127)	(379)	(12.506)
Valor líquido contábil			
Em 31 de dezembro de 2019	86.724	243	86.967
Em 31 de dezembro de 2020	89.433	213	89.646

Intangível ICPC 01 (R1) / IFRIC 12

Intangível	Taxa média de amortização % a.a. (*)	2019	2020		
		Custo	Adição	Baixa	Custo
Máquinas e equipamentos - ICPC 01	10% a.a. ou limite da concessão	1.416	636	-	2.052
Hidrômetros - ICPC 01	20% a.a. ou limite da concessão	1.676	67	(590)	1.153
Rede de água - ICPC 01	4% a.a. ou limite da concessão	16.327	898	(17)	17.208
Rede de esgoto - ICPC 01	4% a.a. ou limite da concessão	11.954	399	(4)	12.349
Estação de tratamento de água - ICPC 01	4% a.a. ou limite da concessão	7.661	972	-	8.633
Estação de tratamento de esgoto - ICPC 01	4% a.a. ou limite da concessão	13.398	2.628	-	16.026
Direito de uso de software	20% a.a. ou limite da concessão	542	50	-	592
Total		52.974	5.650	(611)	58.013

Intangível	Taxa média de amortização % a.a. (*)	2018	2019		
		Custo	Adição	Baixa	Custo
Máquinas e equipamentos - ICPC 01	10% a.a. ou limite da concessão	1.140	276	-	1.416
Hidrômetros - ICPC 01	20% a.a. ou limite da concessão	1.230	446	-	1.676
Rede de água - ICPC 01	4% a.a. ou limite da concessão	15.112	1.215	-	16.327
Rede de esgoto - ICPC 01	4% a.a. ou limite da concessão	11.155	799	-	11.954
Estação de tratamento de água - ICPC 01	4% a.a. ou limite da concessão	7.527	134	-	7.661
Estação de tratamento de esgoto - ICPC 01	4% a.a. ou limite da concessão	12.916	482	-	13.398
Direito de uso de software	20% a.a. ou limite da concessão	439	103	-	542
Total		49.519	3.455	-	52.974

(*) Os prazos de amortização não excedem os prazos das concessões.

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

b) Amortização

O ativo intangível, registrado na rubrica intangível ICPC 01 (R1), refere-se exclusivamente a capitalização gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando como início da amortização a data de aquisição do bem ou a data de término das obras.

	Taxa média de amortização % a.a. (*)	2019	2020		
		Custo	Adição	Baixa	Custo
Máquinas e equipamentos - ICPC 01	10% a.a. ou limite da concessão	941	1.170	-	2.111
Hidrômetros - ICPC 01	20% a.a. ou limite da concessão	876	772	(1.054)	594
Rede de água - ICPC 01	4% a.a. ou limite da concessão	2.639	673	-	3.312
Rede de esgoto - ICPC 01	4% a.a. ou limite da concessão	1.029	1.534	-	2.563
Estação de tratamento de água - ICPC 01	4% a.a. ou limite da concessão	1.110	456	-	1.566
Estação de tratamento de esgoto - ICPC 01	4% a.a. ou limite da concessão	892	1.089	-	1.981
Direito de uso de software	20% a.a. ou limite da concessão	299	80	-	379
Total		7.786	5.774	(1.054)	12.506

	Taxa média de amortização % a.a. (*)	2018	2019		
		Custo	Adição	Baixa	Custo
Máquinas e equipamentos - ICPC 01	10% a.a. ou limite da concessão	502	439	-	941
Hidrômetros - ICPC 01	20% a.a. ou limite da concessão	633	243	-	876
Rede de água - ICPC 01	4% a.a. ou limite da concessão	2.030	609	-	2.639
Rede de esgoto - ICPC 01	4% a.a. ou limite da concessão	514	515	-	1.029
Estação de tratamento de água - ICPC 01	4% a.a. ou limite da concessão	724	386	-	1.110
Estação de tratamento de esgoto - ICPC 01	4% a.a. ou limite da concessão	314	578	-	892
Direito de uso de software	20% a.a. ou limite da concessão	232	67	-	299
Total		4.949	2.837	-	7.786

(*) Os prazos de amortização não excedem os prazos das concessões.

c) Teste por redução ao valor recuperável

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia realizou teste para avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis em virtude da aprovação do Plano de Negócio 21-25 em Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas realizada em 05 de março de 2021.

O valor recuperável das UGCs foi baseado no valor em uso sendo o fluxo de caixa estimado pela Administração, descontado pela taxa WACC calculada com base em premissas de mercados comparáveis.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período até o término do contrato de concessão. As projeções de crescimento do fluxo foram efetuadas em termos nominais.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

- **Receitas** - as receitas foram projetadas entre 2021 e o término do período de concessão, considerando os ajustes tarifários ordinário e extraordinário, aumento do volume faturado em função de investimentos em produção de água, coleta e tratamento de esgoto, crescimento vegetativo previstos no plano de negócio das diferentes Unidades Geradoras de Caixa.
- **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas foram projetados a partir do desempenho histórico das operações combinado com o plano de negócios de longo prazo da Companhia.

Taxa de desconto - representam a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados por taxas de desconto nominais de 10,00%.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

As unidades geradoras de caixa não apresentaram necessidade de provisão para perda, visto que o valor recuperável estimado de cada unidade geradora de caixa foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

8. Ativos de contrato

Referem-se ao direito contratual da Companhia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de água e tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo Intangível.

Ativo de contrato	
Saldos em 1º de janeiro de 2019	19.275
Adições	28.472
Transferências (*)	(41.779)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.968
Adições	13.456
Transferências (*)	(2.360)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	17.064

(*) O saldo refere-se à classificação de ativo da concessão para ativo intangível à medida que as obras são concluídas e iniciam a fase de operação

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

9. Fornecedores e outras contas pagar

	Nota	2020	2019
Fornecedores diversos		3.176	2.645
Partes relacionadas - operações mensais	18	42	42
Contas a pagar diversas		987	877
		4.205	3.564
Adiantamentos		61	47
Circulante		3.717	3.062
Não circulante		549	549
Total		4.266	3.611

10. Debêntures e arrendamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais das debêntures e arrendamento com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

Linha de crédito	Indexador	Juros médios a.a. (%)	Vencimento	2020	2019
Debentures	CDI	6,75	2024	18.776	20.000
Arrendamentos				431	1.419
Circulante				5.131	1.865
Não circulante				14.076	19.554
Total				19.207	21.419

Em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida no dia 17 de dezembro de 2018 a Tubarão Saneamento aprovou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em duas séries, composta por 40.000 (quarenta mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1 (mil reais), na data de emissão ("Valor Nominal Unitário"), perfazendo o montante total de R\$ 40.000 (quarenta milhões de reais). Não ocorreu a liquidação do montante mencionado e, portanto, a emissão não foi concretizada no ano de 2019.

Posteriormente, em 25 de outubro de 2019 foi celebrado o primeiro aditamento ao instrumento particular de escritura da segunda emissão de debêntures simples. O valor foi alterado para R\$ 20.000 (vinte milhões de reais), não Conversíveis em Ações, da Espécie com Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, composta por 20.000 (vinte mil) debêntures, com valor nominal de R\$ 1 (mil reais). Estas debêntures foram liquidadas em 25 de novembro de 2020 e os recursos foram disponibilizados a Companhia.

Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento e cumprimento de todas as obrigações, principais, acessórias, presentes e futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Tubarão Saneamento, a Iguá Saneamento S.A., na qualidade de fiadora e pagadora do valor das obrigações garantidas pela primeira série e a Duane do Brasil S.A. na qualidade de fiadora e pagadora do valor das obrigações garantidas da segunda série.

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

a) Termos e cronograma de amortização da dívida

As debêntures e arrendamentos consolidados possuem os seguintes vencimentos:

31 de dezembro de 2020	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	
Debêntures e arrendamentos	19.207	5.131	5.062	4.932	4.082	
31 de dezembro de 2019	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses
Debêntures e arrendamentos	21.419	1.865	5.164	5.164	5.059	4.167

b) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamentos	Capital social	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2019	7.565	-	-	38.620	46.185
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Captação debêntures	-	20.000	-	-	20.000
Amortização de empréstimos e financiamentos	(5.035)	-	-	-	(5.035)
Amortização - arrendamento	-	-	(860)	-	(860)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	32.000	32.000
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(5.035)	20.000	(860)	32.000	46.105
Outras variações					
Provisão de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	71	163	-	-	234
Provisão de juros - arrendamento	-	-	91	-	91
Arrendamento	-	-	2.279	-	2.279
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.601)	(163)	-	-	(2.764)
Pagamento de juros - arrendamento	-	-	(91)	-	(91)
Total de outras variações	(2.530)	-	2.279	-	(251)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	20.000	1.419	70.620	92.039
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Amortização de debêntures	-	(1.224)	-	-	(1.224)
Amortização - arrendamento	-	-	(1.411)	-	(1.411)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	-	(1.224)	(1.411)	-	(2.635)
Outras variações					
Provisão de juros sobre debêntures	-	1.318	-	-	1.318
Provisão de juros - arrendamento	-	-	52	-	52
Arrendamento	-	-	423	-	423
Pagamento de juros sobre debêntures	-	(1.318)	-	-	(1.318)
Pagamento de juros - arrendamento	-	-	(52)	-	(52)
Integralização de capital social com saldo dos AFACs	-	-	-	(10.000)	(10.000)
Aumento de capital social	-	-	-	10.000	10.000
Total de outras variações	-	-	423	-	423
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	18.776	431	70.620	89.827

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 38.620 (R\$ 28.620 em 31 de dezembro de 2019), está representado por 29.110.000 ações ordinárias (19.110.000 em 31 de dezembro de 2019), nominativas, sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas: 14.555.000 ações de Iguá Saneamento S.A e 14.555.000 ações de Duane do Brasil S.A.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 30 de janeiro de 2019 os acionistas da Tubarão Saneamento aprovaram o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC no valor total de R\$ 32.000 (Trinta e dois milhões de reais) para realizar o plano de investimentos e cumprir o contrato de concessão. Os valores foram disponibilizados para Companhia no mesmo dia, nos montantes de R\$ 16.000 (Dezesseis milhões de reais) pela controladora em conjunto Iguá Saneamento S.A. e R\$ 16.000 (Dezesseis milhões de reais) integralizados pela controladora em conjunto Duane do Brasil S/A, na exata proporção de suas participações na sociedade.

A integralização do saldo total de R\$ 42.000 (quarenta e dois milhões de reais) registrados como Adiantamentos para Futuros Aumento de Capital (AFAC) depende de aprovação do Poder Concedente e da Agência Reguladora (AGR), de acordo com o contrato de concessão.

Em 20 de maio de 2020 houve integralização de R\$ 10.000 referente aos AFACs, restando um saldo de R\$ 32.000 a ser integralizado.

c) Reservas

Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após a compensação de prejuízos acumulados.

Reserva de lucro

É destinada, quando aplicável, para os investimentos previstos no orçamento de capital para construção/melhoria do sistema de saneamento básico de água e esgotos sanitários, podendo também ser distribuída como dividendos aos acionistas.

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

d) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina que é assegurado o direito a dividendos desde que não atinja mais de duas vezes ao ano o lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76, condicionados aos limites fixados na mesma lei, quer com relação a periodicidade, quer com relação ao valor, salvo deliberação da Companhia.

A administração da Companhia propôs não distribuir dividendos mínimos obrigatórios sobre os resultados do exercício de 2020 e 2019, tendo em vista a necessidade da Companhia de manter os recursos necessários para os investimentos a serem realizados nos próximos anos e portanto, os órgãos da administração entendem que a distribuição de dividendos é incompatível com a situação financeira da Companhia, em 31 de dezembro de 2020 a parcela dos lucros não distribuída foi de R\$ 2.895 (R\$ 6.555 em 31 de dezembro de 2019) foi destinada a constituição de reserva especial de lucro. Além disso, a Companhia não possuiria recursos disponíveis em caixa para honrar seu passivo circulante, caso efetuasse a distribuição de dividendos aos acionistas. Desta forma, a Companhia deliberou por unanimidade através de Assembleia Geral Extraordinária em 28 de dezembro de 2020 a opção pela não distribuição de dividendos mínimos obrigatórios e que eventuais lucros remanescentes apurados serão destinados para a reserva de retenção de lucros. Caso o limite estipulado no art. 199 da Lei nº 6.404/76 seja atingido, os acionistas decidem pela realização de aumento de capital na Companhia.

12. Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2020	2019
Total do passivo	26.788	29.176
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.169)</u>	<u>(14.614)</u>
(=) Passivo líquido (A)	24.619	14.562
Total do patrimônio líquido (B)	90.459	87.412
Relação da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	<u>0,27</u>	<u>0,17</u>

13. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	Not a	Valor justo por meio do resultado		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
		2020	2019	2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.569	13.779	600	835	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	6	-	-	3.817	3.500	-	-
Ativos Financeiros		<u>1.569</u>	<u>13.779</u>	<u>4.417</u>	<u>4.335</u>	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	9	-	-	-	-	4.205	3.564
Debêntures e arrendamentos	10	-	-	-	-	19.207	21.419
Passivos Financeiros		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>23.412</u>	<u>24.983</u>

b) Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de preço.

i) *Estrutura do gerenciamento de risco*

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia tem atualmente recebíveis no segmento de saneamento.

Como principal mitigador ao risco de crédito no contrato de concessão, a Companhia detém o controle direto dos recebíveis e o fornecimento dos serviços e, além disso, existe cláusula contratual prevendo indenização em caso de renúncia do poder concedente, demonstrando o controle sobre os recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de o Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foram:

	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.169	14.614
Contas a receber e outros recebíveis	6	3.710	3.285
Total		5.879	17.899

Perdas por redução no valor recuperável

Considerando a existência de valores em aberto desde o início da concessão, em março/2012 até outubro/2019, que somavam um total de R\$ 16.425, foi celebrado, em 19 de dezembro de 2019, um acordo com o Município de Tubarão, relacionado ao fornecimento de água para o Município de Capivari de Baixo para pagamento parcial de faturas vencidas entre janeiro/2018 até outubro/2019. O montante de R\$ 3.811 mil foi recebido em 27 de dezembro de 2019, proveniente deste acordo, sendo que desse montante, R\$ 1.200 estavam provisionados em perdas por redução no valor recuperável.

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2020	2019
Fornecedores e outras contas a pagar	9	4.205	3.564
Debêntures e arrendamentos	10	19.207	21.419
Circulante		8.787	4.880
Não circulante		14.625	20.103
Total		23.412	24.983

iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI e TJLP.

Perfil

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Nota	2020	2019
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras	5	1.569	13.779
Passivos financeiros			
Debêntures	10	18.776	20.000

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras, outros investimentos, contas a receber, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2020	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	1.569	CDI	2,29	36	2,86	45	3,44	54
Passivos financeiros								
Debêntures	(18.776)	CDI	2,75	(516)	3,44	(645)	4,13	(775)
Total líquido de ativos e passivos financeiros	<u>(17.207)</u>			<u>(480)</u>		<u>(600)</u>		<u>(721)</u>
Impacto no resultado e patrimônio líquido						<u>(120)</u>		<u>(241)</u>

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2020	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	1.569	CDI	2,29	36	1,72	27	1,15	18
Passivos financeiros								
Debêntures	(18.776)	CDI	2,75	(516)	2,06	(387)	1,38	(257)
Total líquido de ativos e passivos financeiros	<u>(17.207)</u>			<u>(480)</u>		<u>(360)</u>		<u>(239)</u>
Impacto no resultado e patrimônio líquido						<u>120</u>		<u>241</u>

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

v) *Risco de preço*

A estrutura tarifária cobrada dos consumidores é regulada pelo poder concedente, que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

vi) *Cronograma de amortização da dívida*

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 58 meses
31 de dezembro de 2020							
Fornecedores e outras contas a pagar	4.205	4.205	3.656	549	-	-	-
Debêntures e arrendamentos	19.207	21.357	6.102	5.744	5.321	4.190	-
Total	23.412	25.562	9.758	6.293	5.321	4.190	
31 de dezembro de 2019							
Fornecedores e outras contas a pagar	3.564	3.564	3.015	549	-	-	-
Debêntures e arrendamentos	21.419	25.672	3.685	6.590	5.774	5.401	4.222
Total	24.983	29.236	6.700	7.139	5.774	5.401	4.222

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente de forma antecipada, ou em valores diferentes.

14. Receita operacional líquida

	2020	2019
Saneamento	36.284	36.777
Construção	17.978	31.844
Serviços	621	638
Abatimentos e cancelamentos	(1.365)	(979)
Impostos sobre serviços	(3.294)	(3.157)
Total	50.224	65.123

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

15. Custos e despesas por natureza

	2020	2019
Custos e materiais diretos	(3.526)	(3.441)
Custos com pessoal	(2.766)	(1.805)
Construção	(17.978)	(31.844)
Materiais indiretos	(2.825)	(1.988)
Depreciação e amortização	(5.196)	(3.129)
Créditos de Pis e Cofins	469	839
Total	(31.822)	(41.368)

Despesas comerciais	2020	2019
Reversão para crédito de liquidação duvidosa	193	111
Outras despesas comerciais	(383)	(130)
Despesa com pessoal	(1.405)	(911)
Total	(1.595)	(930)

Despesas administrativas e gerais	2020	2019
Despesas com pessoal	(3.130)	(3.671)
Serviços contratados	(1.969)	(2.361)
Outras despesas (*)	(3.805)	(4.480)
Depreciação e amortização	(1.182)	(331)
Total	(10.086)	(10.843)

(*) No ano de 2020 compreende: Taxa de Regulação (1.807); Publicidade e Propaganda (771); Locação de Softwares (387); Seguros em Geral (173); Despesas Gerais (667).

16. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras	2020	2019
Juros sobre contas a receber de clientes	443	348
Juros de aplicações financeiras	230	261
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	3	8
Descontos obtidos	6	92
Total	682	709
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures e arrendamento	(1.370)	(325)
Descontos concedidos	(689)	-
Outras despesas financeiras	(601)	(2.696)
Total	(2.660)	(3.021)
Despesas financeiras líquidas	(1.978)	(2.312)

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

17. Imposto de renda e contribuição social

Impostos diferidos ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social diferidos						
Contas a receber - diferimento de venda para órgão público	517	518	2.598	2.598	(1)	(420)
Direitos a faturar	-	-	429	426	(3)	(13)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	4.057	4.141	-	-	(84)	(73)
Provisão para contingências	71	71	-	-	-	21
Outras provisões	106	80	-	-	26	(4)
	4.751	4.810	3.027	3.024	(62)	(489)
Compensação (*)	(3.027)	(3.024)	(3.027)	(3.024)	-	-
Total	1.724	1.786	-	-	(62)	(489)

(*) Saldos de ativos e passivos fiscais diferidos compensados, sendo a natureza da compensação ativa, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Reconciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social registrados no resultado dos exercícios:

Reconciliação da taxa efetiva	2020	2019
Resultado do exercício antes dos impostos	4.938	9.962
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	(1.679)	(3.387)
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(47)	(4)
Outras	(165)	329
Imposto corrente	(1.829)	(2.573)
Imposto diferido	(62)	(489)
Alíquota efetiva	(38%)	(31%)

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

18. Partes relacionadas

As partes controladoras em conjunto da Companhia são a Iguá Saneamento S.A. e Duane do Brasil S.A., por definição de acordos de acionistas.

A Companhia é administrada por uma Diretoria com 4 integrantes.

Os diretores são as pessoas-chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020 foram pagos aos administradores pró-labores, contabilizados na rubrica "Honorários de Diretoria".

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

A remuneração de pessoal-chave da Administração, registrada no resultado do exercício, compreende os seguintes montantes:

	2020	2019
Remuneração da diretoria	925	787
Encargos Sociais	185	157
Total	1.110	944

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

	Passivo		Resultado	
	2020	2019	2020	2019
Em debêntures, fornecedores e outras contas a pagar				
	(Nota 9 e 10)	(Nota 9 e 10)		
Repasse de recursos e custos - CSC (a)	42	42	-	-
Contrato de assistência técnica (b)	-	-	1.128	1.128
Debêntures (c)	18.776	20.000	1.318	163
Circulante	4.940	875	2.446	1.291
Não circulante	13.878	19.167	-	-
Total	18.818	20.042	2.446	1.291

- Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.
- Contrato de assistência técnica entre a Companhia e as controladoras em conjunto com vigência até o término do contrato de concessão.
- Refere-se a compra de debêntures simples, não conversíveis em ações emitidas em 25 de outubro de 2019, pela Tubarão Saneamento S/A, no valor de R\$20.000 milhões. As sócias Iguá Saneamento S.A. e Duane do Brasil S.A. efetuaram a aquisição de debêntures correspondentes a R\$10.000 milhões cada, com a primeira parcela vencendo em 28 de outubro 2020, com remuneração de 100% do CDI, acrescida de 4% a.a., amortizado em 48 parcelas.

19. Seguros

A Companhia tem cobertura de seguros contra riscos operacionais em montante suficiente para cobertura de eventuais sinistros em suas operações. A Administração revisa anualmente os limites de cobertura e promove adequações de acordo com as capacidades operacionais da Companhia.

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

20. Compromissos

a) Decorrente da taxa de regulação e fiscalização

Refere-se a taxa de repasse para cobrir os gastos da Agência Reguladora no percentual atual de 4,6% da arrecadação bruta mensal. Esse percentual de repasse sofre diminuição regressiva linear anual, decrescendo esse percentual até 1% no último ano da concessão.**b) Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão**

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

21. Eventos subsequentes

Em 05 de março de 2021 os acionistas compareceram à Assembleia Geral Extraordinária e deliberaram sobre o aumento de capital da Companhia mediante ao saldo da conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, devidamente contabilizado nas demonstrações financeiras da Companhia.

Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Composição da Diretoria

Wagner Antonio de Souza Junior
Lucas Tadeu Bergamim Arrosti
Marcelo Fernandes Mattos
Paulo Eduardo Canalles

Contador

Rodrigo Belamoli da Silva
CRC/SP nº 1 SP – 286489/O-4